



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXVIII — Nº 18

QUARTA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 1973

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 18ª SESSÃO CONJUNTA, EM 24 DE ABRIL DE 1973

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Morosidade nos trabalhos de construção de trecho da BR-158, ligando os municípios de Val de Serra e Júlio de Castilho, no Estado do Rio Grande do Sul.

DEPUTADO JERÔNIMO SANTANA — Irregularidades na concorrência para aquisição de cataventos pelo Ministério da Agricultura.

DEPUTADO FLORIN COUTINHO — Considerações sobre normas administrativas adotadas pela direção do "Jornal de Brasília".

DEPUTADO CARDOSO DE ALMEIDA — Maior participação dos produtores de açúcar nos lucros obtidos com sua exportação.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS — Artigo publicado na revista argentina "Satiricon", contra turistas brasileiros em visita àquele país.

ATA DA 18ª SESSÃO CONJUNTA EM 24 DE ABRIL DE 1973

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 7ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SENHOR PAULO TÔRRES

Às 19 horas, acham-se presentes os Senhores Senadores:

José Guimard — Geraldo Mesquita — José Lindoso — José Esteves — Cattete Pinheiro — Milton Trindade — Renato Fran-

co — Alexandre Costa — Clodomir Milet — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Petrólio Portella — Helvídio Nunes — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Duarte Filho — Milton Cabral — Ruy Carneiro — João Cleofas — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — Amaral Peixoto — Paulo Torres — Vasconcelos Torres — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — José Augusto — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Benedito Ferreira — Osires Teixeira — Filinto Müller — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Mattos Leão — Ney Braga — Antônio Carlos — Celso Ramos — Leônir Vargas — Guido Mondin.

DEPUTADO NINA RIBEIRO — Mensagem distribuída à imprensa pelo Cardeal Dom Eugênio Sales, alusiva às comemorações da Páscoa.

DEPUTADO ARNALDO BUSATO — Incorporação da Companhia Força e Luz do Paraná, pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Remuneração dos vereadores.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão do Congresso Nacional, a realizar-se dia 25 do corrente, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.2.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 13/73-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.258, de 13-2-73, que reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares do Distrito Federal, e dá outras providências. **Aprovado**, após usar a palavra na sua discussão o Sr. Deputado Lisâneas Maciel. À promulgação.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 14/73-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.260, de 26-2-73, que concede isenção do imposto de renda sobre lucros decorrentes da alienação de imóveis por pessoas jurídicas. **Aprovado**. À promulgação.

1.2.4 — ENCERRAMENTO

E os Senhores Deputados:

Acre

Joaquim Macêdo — ARENA; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Leopoldo Peres — ARENA; Raimundo Parente — ARENA; Vinicius Câmara — ARENA.

Pará

Américo Brasil — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; João Menezes — MDB; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA.

Maranhão

Américo de Souza — ARENA; Eurico Ribeiro — ARENA; Freitas Diniz — MDB;

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

ARNALDO GOMES

Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Chefe da Divisão Administrativa

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00
Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00
Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3.500 exemplares

Henrique de La Rocque — ARENA; João Castelo — ARENA; Nunes Freire — ARENA.

Piauí

Dyrno Pires — ARENA; Heitor Cavalcanti — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA; Sousa Santos — ARENA.

Ceará

Álvaro Lins — MDB; Edilson Melo Távora — ARENA; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Hildebrando Guimarães — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Leão Sampaio — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Osiris Pontes — MDB; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Grimaldi Ribeiro — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Vingit Rosado — ARENA.

Paraíba

Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Cláudio Leite — ARENA; Janduihy Carneiro — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Petronio Figueiredo — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Fernando Lyra — MDB; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Joaquim Coutinho — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Magalhães Melo — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Marcos Freire — MDB; Ricardo Fiúza — ARENA; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; Oceano Carleial — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Eraldo Lemos — ARENA; Luiz Garcia — ARENA; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Djalma Bessa — ARENA; Edvaldo Flores — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Francisco Pinto — MDB; Hannequim Dantas — ARENA; Ivo Braga — ARENA; João Alves — ARENA; João Borges — MDB; José Penedo — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Luiz Braga — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Neycy Novaes — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Odolfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Régio — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo de Albuquerque — ARENA; Tourinho Dantas — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Argilano Dario — MDB; Elcio Álvares — ARENA; José Carlos Fonsêca — ARENA; José Tasso de Andrade — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Adolpho Oliveira; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Dayl de Almeida — ARENA; Dasso Coimbra — ARENA; Hamilton Xavier — MDB; José da Silva Barros — ARENA; José Haddad — ARENA; José Sally — ARENA; Luiz Braz — ARENA; Márcio Paes — ARENA; Moacir Chiesse — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Peixoto Filho — MDB; Rozendo de Souza — ARENA; Walter Silva — MDB.

Guanabara

Alcir Pimenta — MDB; Amaral Netto — ARENA; Bezerra de Norões — MDB; Célio Borja — ARENA; Eurípedes Cardoso de Menezes — ARENA; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Léo Simões — MDB; Lisâneas Maciel — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osnelli Martinelli — ARENA; Pedro Faria — MDB; Reynaldo Santana — MDB; Rubem Medina — MDB.

Minas Gerais

Altair Chagas — ARENA; Athos de Andrade — ARENA; Aureliano Chaves — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Delson Scarano — ARENA; Elias Carmo — ARENA; Fábio Fonsêca — MDB; Fernando Fagundes Netto — ARENA; Francelino Pereira — ARENA; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Aguiar — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Guido — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Manoel Taveira — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nogueira de Rezende — ARENA; Ozanan Coelho — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sinval Boaventura — ARENA.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Adhemar de Barros Filho — ARENA; Aldo Lupo — ARENA; Alfeu Gasparini — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Arthur Fonsêca — ARENA; Athie Coury — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Baptista Ramos — ARENA; Braz Nogueira — ARENA; Cândido Sampaio — ARENA; Cardoso de Al-

meida — ARENA; Chaves Amarante — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Faria Lima — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Freitas Nobre — MDB; Henrique Turner — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Ildélio Martins — ARENA; Italo Fittipaldi — ARENA; João Arruda — MDB; José Camargo — MDB; Mário Telles — ARENA; Maurício Toledo — ARENA; Monteiro de Barros — ARENA; Paulo Alberto — ARENA; Pereira Lopes — ARENA; Plínio Salgado — ARENA; Roberto Gebara — ARENA; Ruydalmeida Barbosa — ARENA; Salles Filho — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Silvio Lopes — ARENA; Sylvio Venturilli — ARENA; Sussumu Hirata — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB.

Goias

Anapolino de Faria — MDB; Ary Valadão — ARENA; Brasília Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Henrique Fanstone — ARENA; Jarmund Nasser — ARENA; José Freire — MDB; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Emanuel Pinheiro — ARENA; Garcia Netto — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Lopes da Costa — ARENA; Marcellio Lima — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alen-car Furtado — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Ary de Lima — ARENA; Arnaldo Busato — ARENA; Arthur Santos — ARENA; Emilio Gomes — ARENA; Fernando Gama — MDB; Ferreira do Amaral — ARENA; Flávio Giovine — ARENA; Hermes Macêdo — ARENA; João Vargas — ARENA; José Carlos Leprovost — ARENA; Mário Stamm — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Otávio Cezário — ARENA; Túlio Vargas — ARENA; Zacharias Seleme — ARENA.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Albino Zeni — ARENA; Arol-do Carvalho — ARENA; Cesar Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Francisco Grillo — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Amaral de Sousa — ARENA; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Arnaldo Prieto — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Clóvis Stenzel — ARENA; Daniel Faraco — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Helbert dos Santos — ARENA; Jairo Brum — MDB;

José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Nadyr Rossetti — MDB; Norberto Schmidt — ARENA; Sinval Guazzelli — ARENA; Vasco Amaro — ARENA.

Amapa

Antônio Pontes — MDB.

Rondonia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Sylvio Botelho — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — As listas de presença acusam o comparecimento de 51 Srs. Senadores e 281 Srs. Deputados. Havendo número regimental declarado aberta a sessão.

Passando-se ao período de breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, volto a tratar do problema das rodovias, sobretudo em relação à cidade de Cruz Alta.

Se de um lado folgamos em elogiar a atuação do Sr. Ministro dos Transportes, pela dinâmica que imprimiu às obras da BR-285, o mesmo não podemos dizer em relação BR-158, que liga Santa Maria — Júlio de Castilhos — Cruz Alta — Panambi etc. O trecho entre Val de Serra e Santa Maria está praticamente pronto. O serviço merece enco-mios. É lamentável não poder dizer o mesmo do trecho entre Val de Serra e Júlio de Castilhos. A companhia que opera nesse trecho está longe de corresponder e as obras se processam com enervante morosidade. Com muitos desvios abertos, imagine-se o que acontecerá agora quando começarem as chuvas de inverno. O pior é o trecho entre Júlio de Castilhos e Cruz Alta. Os serviços são realizados com muita lentidão. E a frente de trabalhos prometida há mais de dois anos, pelo Sr. Ministro dos Transportes, na cidade de Cruz Alta, até hoje continua na promessa.

Mas Cruz Alta tem necessidade da execução urgente de outras rodovias: o trecho entre a referida cidade e Santa Bárbara do Sul, possibilitando a ligação por asfalto com a Rodovia Presidente Kennedy; o trecho entre Cruz Alta e Panambi, possibilitando a ligação por asfalto entre as duas cidades; e o trecho entre Cruz Alta e Ijuí. Esta estrada deveria ter sido concluída há dois anos. Trata-se de obra executada pelo DAER, com recursos federais. Além de não estar concluída até hoje, os trechos prontos estão abaixo da crítica. É o pior asfalto de toda aquela região. Centro importante, grande produtor de trigo e soja, cidade que conta com várias faculdades, cinco hospitais, clubes, sede de bispado, bem que poderia ter melhor tratamento por parte dos Governos do Estado e da República. E não se pense que seja por falta de lembretes, pois assiduamente estou aqui reclamando, falando em nome da gente da minha terra, pedindo com insistência o atendimento das suas justas reivindicações.

Com o asfaltamento de outras rodovias da região, Cruz Alta, cidade tão importante e conhecida em toda a parte, ficou duramente

prejudicada, de certa forma relegada a segundo plano. Daí a razão deste registro, renovando meu mais veemente apelo aos órgãos dos Governos do Estado e da União, no sentido de que sejam tomadas as providências cabíveis. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jerônimo Santana.

O SR. JERÔNIMO SANTANA (Pronuncia o seguinte discurso).

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, meus pronunciamentos vêm transtornando a alta administração do Ministério da Agricultura. Têm servido, pelo menos, para um trabalho noturno de acerto, ou melhor, de tentativa de corrigir as irregularidades que tenho apontado. O trabalho nos 8º e 9º andares do Ministério da Agricultura tem se prolongado até altas horas da noite. Nas noites de 16 para 17 e de 17 para 18 do corrente mês, a movimentação naqueles dois andares foi bastante notada por quantos passaram nas imediações do Ministério da Agricultura.

A negociata dos cataventos, que envolve a firma do Sr. Saldanha, pai do Sr. Caio Saldanha, que já está abusando da autoridade que se diz ter — o Sr. Caio é sobrinho e genro do Secretário-Geral — vai merecer mais um pronunciamento de minha parte, porque consegui outros dados que caracterizam a má-fé daqueles que nela estão envolvidos, desmandando-se na aplicação dos dinheiros públicos. Aqueles que administram não podem e não devem proteger parentes, quando de compras pelo órgão que dirigem. O Sr. Secretário-Geral desconhecia isto.

Os trabalhos noturnos que se vêm realizando no Ministério da Agricultura devem ser para a preparação de uma concorrência fictícia que dê cobertura ao ato ilegal praticado, porém creio nada adiantar, tendo em vista que um inquérito apurará inclusive mais esta irregularidade.

Uma firma produtora de cataventos, que se interessava em vender material ao Ministério da Agricultura, submeteu-se ao que manda o Regimento do Departamento que trata do assunto, tendo mandado uma unidade para o teste. O material foi testado em tudo, por técnico especializado, devidamente credenciado pelo Departamento competente, de acordo com o Regulamento que aqueles senhores elaboraram.

A firma do Sr. Saldanha não quis se submeter ao teste, talvez com medo de não ser aprovado o material; então, foram forjadas algumas declarações de pseudo-possuidores de cataventos daquela marca, afirmando que o material é bom, que o engenho satisfaz plenamente etc.. Essas declarações nada valem. O que vale mesmo é o teste que deveria ser feito e não o foi. Qual a razão de não terem agido legalmente?

Apesar do desespero dos implicados, dando aos funcionários nos Estados ordens absurdas e ilegais, o material em grande parte está enalhado. Era o que tinha a dizer. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Concedo a palavra ao Deputado Florim Coutinho.

O SR. FLORIM COUTINHO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, recebi uma carta a respeito de uma situação criada, recentemente, em um dos órgãos de imprensa desta Capital, e dos de maior prestígio, aliás. Trata-se do *Jornal de Brasília*.

Com todo o respeito e admiração que dedico à imprensa do nosso País, é com certo constrangimento que trato do assunto que veio ao meu conhecimento. E, também, com as necessárias reservas, pois, na verdade, as "normas" baixadas pela atual direção do jornal são por demais severas, eu diria mesmo um tanto draconianas. Inclusive com flagrante desrespeito às leis trabalhistas e desprezo pela pessoa humana, não condizendo, em absoluto, com a política adotada pelo Governo para amparo e valorização do trabalhador.

Na verdade, custa-me acreditar que tudo seja verdadeiro, e é mais por isso que abordo o assunto. Talvez haja, no caso, um excesso de disciplina, que é sempre necessária, mas não com desmandos.

Vejamos algumas dessas normas:

a — fixa o número de "toques" — trezentos — para os compositores, que podem ser dispensados na "inadimplência"; também vai para a rua quem errar mais de 3 vezes, por lauda;

b — compositores e revisores não podem afastar-se da seção, a não ser no horário do lanche (15 minutos), não sendo tolerado afastamento fora desse horário, nem mesmo para necessidades fisiológicas; quem tiver necessidade de "afastamentos frequentes" podem ir "procurando outro emprego", pois isto é "incompatível com o trabalho na empresa (o jornal)."

E há, ainda, normas quanto ao atraso no horário de entrada (5 minutos, no máximo); atrasos superiores, por qualquer motivo, por mais de duas vezes no mês, acarretarão dispensa.

Também as faltas por doença, comprovadas por atestado médico do INPS, se repetidas, dão em dispensa, com atestado e tudo; da mesma forma, doenças em pessoa da família não justificam nada e servem para indicar o caminho da rua.

E quem tiver outro emprego em horário imediatamente anterior ao do seu trabalho na empresa (o jornal) será substituído, pois só é possível acumulação quando o primeiro horário de trabalho for o da tal empresa.

Não é, pois, de estranhar que 20 funcionários já estejam sob *ultimatum* e 5 já tenham abandonado o emprego, na hora.

Sou homem afeto à disciplina e à ordem, que considero indispensáveis à vida em comunidade. Mas também o respeito mútuo, o respeito pela pessoa humana é exigível na vida em sociedade. Faltar a esse respeito é regredir ao tempo da escravidão e, segundo todo o mundo sabe, diz e pensa, trabalhadores não são escravos a não ser em firmas, empresas, locais ou lá onde seja em que a liberdade e os direitos humanos não existam.

Posso assegurar que, com todo o rigor da disciplina, servir nos quartéis é mais suave e tolerável do que trabalhar no "Jornal de

Brasília", mesmo porque lá a disciplina é consciente, e não disciplina de terror. Não me parece que isso seja imprensa, e, ainda por cima, imprensa da Capital da República. Pelo menos, imprensa como eu conheço e respeito, imprensa digna da relevante função que desempenha, isto não é.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Alcyr Pimenta. (Pausa.). S. Ex.^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Cardoso de Almeida.

O SR. CARDOSO DE ALMEIDA (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tenho efetuado uma luta muito grande para ver se as autoridades federais compreendem o absurdo do confisco que atualmente incide sobre o açúcar. Passarei a ler, para que conste dos Anais do Congresso, uma carta que a classe produtora de açúcar dirigiu ao Exm.^o Sr. Presidente da República, demonstrando como eu estava certo e como minhas idéias vêm sendo apoiadas por toda a classe produtora do Estado de São Paulo:

LEITURA

Excelentíssimo Senhor
General Emílio Garrastazu Médici
DD, Presidente da
República Federativa do Brasil
Brasília - DF

Senhor Presidente:

O respeito e confiança que o Governo de Vossa Excelência conquistou junto ao povo brasileiro, ante as inequívocas demonstrações, em todos os seus atos, de profunda sensibilidade para com os problemas nacionais, de firme propósito e alta competência com que tem sabido equacioná-los e solucioná-los, impõem-nos o dever de vir, data vênica, submeter à apreciação dessa Presidência, um assunto que, pelas suas implicações de ordem social e econômica, se reveste da maior relevância.

Com efeito, em 1972 o Brasil exportou 2.606.455 toneladas de açúcar, no valor total de US\$421.489,565, a um preço médio de US\$161,709 por tonelada. Tendo em vista que a tonelada embarcada, segundo dados divulgados pela Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, custou à autarquia açucareira, cerca de US\$96,00, chega-se à conclusão que a receita líquida alcançada pelo Fundo Especial de Exportação, foi da ordem de US\$172 milhões.

Isto equivale dizer que o saco de açúcar foi adquirido ao produtor nacional a um preço médio de Cr\$26,25 e vendido no mercado externo por Cr\$58,22, deixando um lucro líquido de Cr\$23,66 por saco de açúcar e de Cr\$1.032 milhões para o volume total exportado, após deduzidas as despesas de frete, armazenagem e embarque.

Para 1973, a situação do açúcar brasileiro no mercado externo se prenuncia ainda mais animadora, tendo em vista a intensidade da demanda neste princípio do ano e o nível de preço já alcançado pela cotação do produto no mercado livre mundial, isto é, US\$240 por tonelada, não sendo improvável que o término do ano, o preço médio da tonelada embarcada venha superar US\$200,00. A este valor, a receita líquida provável a ser alcançada pelo Fundo Especial de Exportação, para a mesma quantidade embarcada em 1972, deverá ser da ordem de US\$ 235 milhões, o que equivale, em moeda nacional, a Cr\$ 1.700 milhões.

Mas, se por um lado, o Instituto do Açúcar e do Alcool é beneficiado diretamente, e por valores tão expressivos, pela exportação do açúcar nacional, o mesmo, entretanto, não ocorre para as usinas, fornecedores de cana e para milhares de trabalhadores da agroindústria açucareira.

Cabe, ainda, considerar que o violento processo inflacionário que, durante muitos anos esteve sempre presente na vida do País, felizmente controlado, amenizado e com tendências a desaparecer com as providências que vêm sendo tomadas pelos Governos da Revolução de 1964, provocou a descapitalização das empresas açucareiras que, não compensadas por ajustes de preços aos mesmos níveis da evolução do custo de vida, se vêm na contingência de apenas lutar pela sua sobrevivência e impossibilitadas de proceder as reformas indispensáveis e há muito exigidas, ou quando as realizam o fazem com recursos outros que ainda mais as oneram.

E, sabedores de que no Governo de Vossa Excelência não cabem injustiças, restaria, como única alternativa, a esperança de poderem os produtores de cana e açúcar de todo o País **participar do resultado das exportações de açúcar**. Além dos motivos já apontados em favor desta participação, existe o argumento de que estas somente se tornam realidade pelo trabalho conjunto das unidades fabris e dos fornecedores de cana, com todos os riscos que caracterizam as atividades da agroindústria açucareira, pouco sendo exigido, na atual conjuntura açucareira mundial, para a posterior colocação do produto no mercado externo. Tal participação, quando permitida pelo comportamento do preço de açúcar no mercado externo, e desde que se possa realizar sem prejuízo dos planos governamentais já em curso, viria minorar a situação de dificuldades financeiras das numerosas usinas e fornecedores de cana de açúcar do País, sem qualquer repercussão na política oficial de combate à inflação. Seria, em suma, uma forma de compensar, em parte, os sacrifícios já impostos ao setor açucareiro nacional, e de também beneficiar as usinas de açúcar e fornecedores de cana, pela imensa riqueza

que, com o seu trabalho, acarretam para o País.

Desnecessário se torna somar argumentos para se chegar à conclusão de que, se um determinado produto alcança, no mercado internacional, preço superior ao dobro do *quantum* pago ao produtor nacional, está ocorrendo um fenômeno econômico anômalo que trará resultados imprevisíveis e negativos num breve lapso de tempo e que, após atingir, de imediato, o maior prejudicado (o produtor), provocará a deterioração posterior de todo o setor, principalmente se considerarmos que já é crônica a baixa taxa de rentabilidade das usinas de açúcar do País.

Senhor Presidente:

Com fundamento nestas considerações, confiamos no elevado espírito de justiça de Vossa Excelência, quando do julgamento do mérito do presente pleito.

Acreditamos que o mesmo está em consonância com os propósitos do Governo de promover uma mais justa distribuição da renda nacional, sobretudo quando, como no presente caso, virá em benefício de milhares de brasileiros que labutam nas usinas e nos canaviais do País.

Apresentando a Vossa Excelência nossos protestos de mais alta consideração e apreço, firmamo-nos

atenciosamente

Era o que tinha a dizer. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS — (Sem Revisão do Orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, lamentavelmente tenho de vir à tribuna para deplorar, da maneira mais significativa possível, artigo de fundo publicado, no número de março, pela revista "Satiricon", no qual o jornalista Mário Matos insulta o povo brasileiro e atenta contra os sentimentos de fraternidade da gente irmã — brasileiros e argentinos.

Sr. Presidente, apenas para marcar o volume de ofensas assacado contra o povo brasileiro, leio, para que esta Casa tome conhecimento, pequena parte, talvez a mais leve, desse amontoado de sandices escritas por um marginal da imprensa portenha, que não tem o que fazer ou está a serviço de grupo que atenta contra a unidade latino-americana, unidade esta que começa a se esboçar:

"Arrastando as sandálias, avançam os invasores brasileiros. Comprando os piores perfumes argentinos para encobrir o velho e forte cheiro africano, são pitorescos, divertidos e despreocupados, como, aliás, devem ser os imperialistas da miséria. Além disso, só mesmo de gostosões, planejam apoderar-se do Rio Paraná e da Antártida; tomar conta do ferro da América Latina e invadir-nos ferozmen-

te, sob o comando do General Fittipaldi."

Sr. Presidente, a resposta a este insulto veio de uma das penas mais brilhantes e gloriosas do jornalismo brasileiro, que é Batista Custódio. Leio para que conste dos Anais, não o artigo insultuoso, que não cabe mais na sociedade em que nós, latino-americanos, vivemos, mas trechos da resposta de Batista Custódio.

"Sempre entendi a América do Sul como uma casa de muitas moradas e um só povo unido por esse Amazonas que tem por afluentes todas as veias irmanadas na descendência de Simon Bolívar, Anita Garibaldi e San Martín. Os ventos que sopram do telhado dos Andes apagam as fronteiras argentinas e gaúchas na comunhão dos pampas, semeiam o mogno boliviano até Goiás e lavam na Bacia do Prata nações misturadas no mesmo chão — distribuindo-se como fôlego de uma raça sem muros e com interesses comuns demarcando todo o continente.

Não seria, pois, admissível ouvir-se uma voz sul-americana instigando à desunião continental, clamando pela guerra, expondo sem vexames um racismo rasteiro e sem nexos, investindo cegamente contra a totalidade de um povo, no tom e nas intenções de um novo *Delenda Brasil*. Mas essa voz existe. Não só existe, como é incentivada e impressa em milhares de exemplares para a catequese coletiva contra nosso País. Ressoa, apátrida, cada vez mais alto e cada vez mais perto. Insulta. Cospe. Pisa. Não é movida pela frustração de não estar ajudando a construir a Argentina, mas por não conseguir deter a construção do Brasil.

Uma visão distorcida assim, antes de levar-nos à cólera deve conduzir-nos à piedade. Se piedoso for um convite a seu autor para presenciar, dentro de dez anos, a chegada da mais humana e florescente nação do mundo — com italianos suando nas lides dos restaurantes, com japoneses sujos de cereais nas plantações, com alemães negros da fuligem das oficinas, com índios e pretos consolidando a riqueza das cidades, e até com argentinos desfrutando o nosso turismo. O Brasil."

Sr. Presidente, o relato que faço é para demonstrar a posição do povo brasileiro diante de tão insidiosos ataques que, embora raros, lamentavelmente ainda existem. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Concedo a palavra ao Deputado Nina Ribeiro.

O SR. NINA RIBEIRO (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, S. Em^a Revma. Cardeal Eugênio Sales, disse

ontem, em mensagem distribuída à imprensa, que a *Páscoa* deve significar o retorno da alegria para os cristãos, depois

de purificados pela penitência quaresmal, e ser "uma aproximação duradoura e fecunda" entre eles e Deus.

— Cada *Páscoa* é a paz e a tranquilidade do reencontro com Cristo — frisou o Cardeal, acrescentando que com a vitória do Ressuscitado "renasce a esperança e intenso júbilo invade os corações dos discípulos. Depois do drama da Paixão, Cristo aí está, ressuscitado, vivo!"

Por outro lado, S. S. Papa Paulo VI já na Sexta-feira Santa dirigiu uma mensagem ao mundo para condenar o aborto, o crime, a licenciosidade e a corrida armamentista. Depois, já na Missa Pascal, perante 250 mil fiéis, exortou o mundo para que haja paz na Indochina, no Oriente Médio e na Irlanda do Norte. É um documento impressionante que marca bem os dias que vivemos. Para que conste dos Anais da Casa, leio trecho desta peça realmente magistral:

"Irmãos, filhos, todos os homens.

Nosso anúncio de Páscoa, neste ano de 1973, chegaria com dificuldade a nossos lábios, chegaria a duras penas a vossos ouvidos, se a própria verdade, a realidade do fato desconcertante, não corresse em nossa ajuda e nos obrigasse a nos apresentarmos novamente perante o mundo e a repetir, com a primitiva garantia, temperada inclusive nos novos conflitos de uma crítica corrosiva, a antiga e inaudita mensagem, o inverossímil mas vitorioso testemunho: Ele ressuscitou; sim, Cristo ressuscitou, ressuscitou da morte, de nossa morte fatal e horrenda, e inaugurou uma nova vida, nossa própria vida, mas reformulada numa metamorfose sobrenatural, dominada pelas celestiais energias do espírito (Cfr. I Cor. 15).

Sim, irmãos, verdadeiramente, Cristo ressuscitou.

E esta mensagem, que comemoramos todos os anos, constitui a força de nossa celebração da Páscoa, para vós que ouvis, para os povos espalhados por toda a Terra, que esperam para ver se o profético anúncio de Pedro ainda chega.

Ele ressuscitou. E deixemos a Ele mesmo, a Cristo, a palavra que nos traz a cara saudação: "A paz esteja convosco" (São João, 20, 19 e 26).

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Tem a palavra o nobre Deputado Arnaldo Busato.

O SR. ARNALDO BUSATO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a isenção, o tratamento dado por setores que temos focalizado, nesta tribuna, o tratamento dado por setores e órgãos vinculados à União Federal a interesses superiores do Paraná nos leva, desta vez, a ressaltar o significado de iniciativas que visam a fortalecer a infra-estrutura energética de meu Estado e dar maior eficiência ao sistema elétrico paranaense.

Quero referir-me especificamente, ao processo de incorporação da Companhia Força

e Luz do Paraná, que atua em treze municípios da Região de Curitiba, pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, processo que está sendo iniciado. Essa é a notícia que acaba de ser dada pelo Presidente da COPEL, o ilustre Engº Arturo Andreoli, que substituiu, nessas elevadas funções, o atual Governador Parigot de Souza, idealizador e realizador do notável programa de eletrificação do Paraná no período 1961-70.

A incorporação, disse o atual dirigente da COPEL, constitui um novo e grande passo na execução da política que preconiza a concentração das concessões, na área da distribuição de energia elétrica, ditada pela conveniência de possibilitar maiores economias de escala às empresas que atuam no setor, contribuindo, por outro lado, para atenuar a multiplicidade de empresas, com paralelismo de administrações, de programas e de sistemas afins na área estadual.

Esse processo de incorporação foi antecedido pela transferência do controle acionário da Companhia Força e Luz para a COPEL, após entendimento havidos com a ELETROBRÁS, da qual aquela primeira empresa era subsidiária.

Vale lembrar que a Companhia Força e Luz é uma das mais tradicionais e operosas empresas que atuam no Estado do Paraná. É, sabidamente, a empresa elétrica mais antiga do Estado. Pertencia ao grupo da AMFORP e viveu, em passado recente, os anos difíceis da grande crise brasileira que o setor energético atravessou, só superada a partir dos primeiros anos da década de 1960 e, principalmente, após a Revolução de 64, quando novas condições foram criadas para a expansão dos empreendimentos em eletricidade. Com a aquisição, pelo Governo Brasileiro, do patrimônio daquele grupo estrangeiro e sua transferência à ELETROBRÁS, a Força e Luz do Paraná se refez, conquistando posição de grande relevância no Estado, especialmente nos últimos anos, pelo eficiente atendimento que vem dando à Capital e municípios vizinhos, que abrangem, por sinal, a área mais densa e de maior desenvolvimento industrial.

Assim, quando uma empresa desse porte, por decisão da ELETROBRÁS, se incorpora à COPEL, isso, evidentemente não ocorre tão-somente por força da política de concentração das concessões, ora em andamento, mas também porque a União Federal reconhece que a Empresa estadual, incorporada de tão valioso acervo, está capacitada e à altura para fazê-lo.

Este é um aspecto que julgo oportuno enaltecer como motivo de orgulho para o Estado do Paraná, que dá tão eloquente prova de preparo empresarial, num dos setores mais complexos de infra-estrutura, setor que requer alta tecnologia para produzir, transmitir, transformar e distribuir energia elétrica. Não é só a COPEL que se engrandece aos olhos do Paraná. O Estado inteiro deve rejubilar-se, mesmo porque, como disse o Presidente da empresa estadual, ela é hoje um patrimônio de todos os paranaenses. Está presente em cerca de 500 localidades. Além do Governo do Estado e da própria

ELETROBRÁS, disse ele, participam de seu capital social várias entidades paranaenses e mais de duas centenas de Prefeituras Municipais. Na verdade, acentuou, os progressos da Empresa e a posição de destaque que ocupa devem ser creditados a todo o povo, pois é na condição de usuário, através das tarifas que paga, em troca dos benefícios que recebe, que ele atua como suporte financeiro, quer das despesas de exploração, quer da amortização dos financiamentos contraiados, para a expansão e crescente confiabilidade do sistema COPEL.

Os benefícios que deverão resultar da incorporação são notórios. São duas empresas que se somam em capacidade administrativa, técnica e financeira, para melhor servir o Paraná, como reflexo eloquente, no setor energético, de um crescente e promissor clima de entrosamento entre o Governo da União e o Governo do Estado, conferindo, por essa via, maior magnitude ao desempenho da COPEL, como um dos instrumentos mais eficazes para o desenvolvimento paranaense.

Não há exagero em dizer que, de alguma forma, a COPEL contribuiu inclusive para a expansão da própria Força e Luz, que agora vai absorver. Socorreu-a nos anos críticos, instalando um usina diesel de emergência que livrou a Capital do Estado do regime de racionamento em que se encontrava e, além disso, implantou o Anel Elétrico de Curitiba, que interligou o sistema da Força e Luz ao da COPEL e permitiu fornecimento em grosso de energia, para melhor atendimento do mercado.

Ao incorporar a distribuidora da região da Capital, a Empresa estadual prossegue em seu programa de atendimento de todas as regiões do Estado, particularmente acentuado pela contribuição que vem dando à interiorização do desenvolvimento industrial, nos diversificados pólos de crescimento do Norte-Nordeste, Centro-Sul, Oeste e Sudoeste, sem contar a contribuição indireta, nas demais regiões, através de outras concessionárias do Paraná, às quais vem fazendo fornecimento em grosso.

Nesse sentido, o desempenho da Empresa estadual tem sido extraordinário, refletido em números que não são freqüentes em outras regiões do País. No primeiro trimestre de 1973, em confronto com igual período do ano passado, o número de ligações industriais na área da COPEL elevou-se em mais de 30 por cento, enquanto o fornecimento em quilowatts-hora às indústrias aumentou em quase 80 por cento. Ao mesmo tempo, sua contribuição para a elevação do nível de bem-estar social das populações paranaenses pode ser traduzido, no mesmo período, por um aumento de 18 por cento no número de ligações residenciais, com um acréscimo no consumo em quilowatts-hora de 24 por cento. Praticamente todas as sedes urbanas dos 289 municípios do Estado estão ligadas ao sistema da COPEL — restando apenas uma, prestes a ser ligada — além de centenas de vilas e povoados, que também já estão recebendo os benefícios da energia elétrica.

Com a integração da Região de Curitiba ao sistema da COPEL, o número de indús-

trias atendidas pela Empresa estadual que era de 4.000, eleva-se a mais de 6.000 (em março já era de 5.998), um número que dá bem a medida da sua crescente responsabilidade no processo do desenvolvimento paranaense.

Foi tudo isso que nos levou, em pronunciamentos anteriores, a focalizar a questão da adição da potência do sistema elétrico estadual, mediante novas concessões federais, para o aproveitamento das potencialidades energéticas do Paraná. Além da incorporação da Força e Luz, outras estão previstas, na Região de Ponta Grossa e no Sul do Estado que, paralelamente ao crescimento incessante do mercado, aumentam os encargos na área da distribuição.

A COPEL não poderá ficar na dependência demasiada da compra de energia elétrica de outros sistemas, uma vez que essa compra em grosso se constitui em parcela incompressível dos custos. Por essas e outras razões ponderáveis, a COPEL pleiteou novas concessões em geração que parecem estar asseguradas para breve, em função de recente promessa do Ministério das Minas e Energia de deferir pedido, já encaminhado, visando o aproveitamento de Foz da Areia, no rio Iguaçu, com capacidade prevista para 560 mil quilowatts, o que permitirá mais do que duplicar a capacidade geradora instalada do sistema paranaense, provavelmente ainda nesta década.

Diante de perspectivas como essas, renovam-se as esperanças de que o Paraná reencontre o justo tratamento que merece como um dos Estados que maior contribuição vem dando ao desenvolvimento nacional, cabendo-me, em particular, o grato dever de reconhecer que nossos apelos não caíram no vácuo, mas, ao contrário, estão tendo respostas promissoras. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórreres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, uma Oposição vigilante reflete sempre os anseios populares. A sua ação fiscalizadora das ações do Governo tem por precípua finalidade proporcionar aos governantes melhor conscientização dos problemas brasileiros. O problema dos Vereadores não remunerados, por exemplo, é um dos mais importantes e tem provocado a intervenção da Oposição no sentido de sensibilizar o Governo, a fim de que, em curto prazo, envie mensagem ao Congresso Nacional alterando o disposto no § 2º do art. 15 da Constituição Federal.

As manifestações de apoio aos meus pronunciamentos têm-se constituído no maior incentivo para continuar a incessante luta em favor de tão justa reivindicação.

Na oportunidade, passo a ler, para que conste dos Anais do Congresso Nacional, ofício recebido da Câmara Municipal de Magé, Estado do Rio, do qual constam, igualmente, votos de congratulações pelo trabalho que venho desenvolvendo por uma melhor prestação de serviço do INPS aos segurados maceenses que, em sua grande

maioria, são trabalhadores de mãos calosas. A operosa edibilidade da terra do "Dedo de Deus" apresento minha eterna gratidão; por tão sensibilizadora manifestação de apreço. Eis o ofício:

Magé, 6 de abril de 1973.

Of. nº 217/973

Assunto: Votos de congratulações

Exmo. Sr.
Dr. José Peixoto Filho
DD. Deputado Federal
Brasília-DF.

Senhor Deputado,

Apraz-me comunicar a Vossa Excelência, que foi aprovado por unanimidade de seus pares, requerimento de autoria do nobre edil Mário Fernandes Maia, enviando votos de congratulações pelo Vosso pronunciamento em favor dos Vereadores dos Municípios de menos de 200.000 (duzentos mil) habitantes, assim como, também em favor dos infelizes associados do INPS, em Magé, que se não tiver um representante do povo que defenda os referidos sócios, sofrem mais ainda.

Outrossim, esta Câmara não só congratula com o referido causídico da Advocacia, como também parabeniza pelo Vosso dinamismo na Câmara alta.

Sem mais, aproveito o ensejo para reiterar os protestos de estima e alta consideração.

Nazyr José Antunes, Presidente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Esgotado o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — O Senhor Presidente da República encaminhou, à deliberação do Congresso Nacional, através das Mensagens nºs 24, 26 e 25, de 1973 CN, os Projetos de Lei nºs. 5, 6 e 7, respectivamente.

Para leitura das Mensagens e demais providências iniciais de sua tramitação, convo-co sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, quarta-feira, às 19 horas, neste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1973, CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 13, de 1973, CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.258, de 13 de fevereiro de 1973, que reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares do Distrito

Federal, e dá outras providências.

Em discussão o projeto.

O SR. LISÂNEAS MACIEL — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Tem a palavra o Sr. Deputado Lisâneas Maciel.

O SR. LISÂNEAS MACIEL (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o decreto-lei que hoje está sendo aprovado nesta Casa encerra injustiça muito grande, que não poderia passar despercebida a esta Casa.

Segundo a mensagem, os servidores do Distrito Federal estão recebendo o mesmo aumento concedido aos militares e civis da União. Repete ainda a referida mensagem o Decreto-lei nº 1.256, que versa esse aumento.

Mas verificamos que os servidores militares receberam um aumento superior ao concedido aos servidores civis. Portanto, a assertiva de que os servidores do Distrito Federal estão recebendo em consonância ao que recebem os servidores civis e militares não encontra suporte fático maior.

Não é nosso propósito, porém, combater um aumento que teria sido dado em escala maior a determinada categoria de brasileiros. Entendemos que o aumento concedido aos militares é justo e até aquém das suas verdadeiras necessidades. Compete-nos salientar que, na realidade, se estabeleceu uma dicotomia que não encontra guarida nem amparo constitucional. Ficamos perplexos diante da afirmativa de que esse aumento é similar ao concedido ao servidor civil e militar da União. O funcionalismo civil de nível 8 está ganhando menos que um soldado de primeira classe. Nenhum plano de desenvolvimento poderá atingir seus objetivos enquanto apenas 1% da população ativa do País perceber salários acima de Cr\$ 2.000,00, e 70% da população continuarem sem capacidade de consumo, alijados inteiramente do mais rudimentar processo de produção.

São dados oficiais da Fundação Getúlio Vargas:

"Que 30 milhões de brasileiros, que constituem a população ativa do País, mais de 2/3, ou seja, 22 milhões de brasileiros, recebem menos de 200 cruzeiros, menos que o salário-mínimo. E a própria Fundação reconhece que nos últimos dez anos houve um aviltamento salarial de 45% do poder aquisitivo".

O que se pretende, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não é estabelecer um confronto entre o que ganha a classe militar e o que ganha a classe civil. Repito: o que os militares ganham é justo e ainda está em escala inferior ao que deveriam receber. Mas não poderia passar sem protesto, porque não espelha a verdade, a afirmação de que os servidores do Distrito Federal vão ganhar o que ganham os atuais servidores civis e militares. Houve um aumento diferente para

a classe militar. E, agora, a pretexto de que se está igualando esse aumento, pretende-se dar 15% aos servidores do Distrito Federal. Não nos parece justo estabelecer essas diferenças que a própria Constituição, outorgada pelos Srs. Ministros Militares, repele em seus Dispositivos Gerais.

É necessário que o Congresso faça a tempo o devido reparo. Impõe-se até uma emenda para estabelecer um aumento consentâneo, não com o que percebe a classe militar, mas com o aumento do custo de vida, com os dados semi-oficiais divulgados e nos quais se basearam os próprios militares para obterem seus aumentos.

É preciso que se saiba, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que os servidores do Distrito Federal — repito — receberão um aumento diferente do concedido aos servidores civis e militares. Era o que o que tínhamos a observar. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Continua em discussão o projeto.

Se mais nenhum dos Srs. Parlamentares desejar usar da palavra, declararei encerrada a discussão. (Pausa.) Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovado.

Aprovado o projeto de decreto Legislativo na Câmara e no Senado e dispensada sua redação final, nos termos regimentais, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) —

Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1973, CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 14, de 1973, CN) aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.260, de 26 de fevereiro de 1973, que concede isenção do imposto de renda sobre lucros decorrentes da alienação de imóveis por pessoas jurídicas.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Congressistas desejar discuti-lo, irei encerrar a discussão. (Pausa.) Está encerrada.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovado.

Aprovado o projeto na Câmara e no Senado e dispensada sua redação final, nos termos regimentais, a matéria vai à promulgação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 19 horas e 40 minutos.)

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 8 PAGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50